



Stewardship no sítio natural sagrado da Lagoa do Abaeté, Salvador, Brasil

Stewardship in sacred natural site of Lagoa do Abaeté, Salvador, Brazil

Claudia Regina dos SANTOS^{1*}, Rodrigo Rodrigues de FREITAS¹, Claudia Philippi SCHARF²

¹ Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Florianópolis, SC, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

* E-mail de contato: biolsantos@hotmail.com

Artigo recebido em 7 de dezembro de 2023, versão final aceita em 9 de agosto de 2024, publicado em 4 de junho de 2025.

RESUMO: Os Sítios Naturais Sagrados (SNS) são lugares que expressam os valores espirituais e a sacralidade da natureza. Este estudo de caso busca analisar o papel do *stewardship* na promoção do engajamento público contra a implantação de uma Estação Elevatória de Esgoto localizada no SNS da Lagoa do Abaeté (Salvador, Bahia – Brasil). Os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental, de levantamento bibliográfico e da legislação ambiental. A análise dos dados privilegiou a perspectiva da *Grounded Theory*, sendo elencadas a cosmologia, as práticas e os discursos como variáveis explicativas do *stewardship* em SNS. O estudo evidenciou que parte da sociedade civil se engajou para defender o SNS e cobrar ações do poder público, que se mostrou incapaz de apreender a dimensão simbólica dos SNS no seu processo de gestão socioambiental. No processo reivindicatório analisado, enquanto o Estado respondeu com obras urbanas convencionais, as demandas comunitárias para o tratamento do esgoto se mantiveram alinhadas à perspectiva das Soluções Baseadas na Natureza. O reconhecimento dos valores sagrados da natureza e dos seus *stewardships* em ações de pesquisa e educação patrimonial se mostrou crucial para avançar na gestão pública dos SNS.

Palavras-chave: engajamento público; educação patrimonial; área protegida; soluções baseadas na natureza.

ABSTRACT: Sacred Natural Sites (SNS) are places that express spiritual values and sacredness of nature. This case study aims to analyze the stewardship role in promoting public engagement against the implementation of a Sewage Pumping Station (SPS) located in the SNS of Lagoa do Abaeté (Bahia - Brazil). Data was obtained through participant observation, documentary research, and environmental legislation. Data was analyzed according

to the Grounded Theory perspective, and worldview, practices, and discourses were listed as explanatory variables of SNS stewardship. This study showed that part of civil society was defending the SNS and demanding action from public authorities, which proved unable to grasp the SNS's symbolic dimension in its socio-environmental management process. In the analyzed claims process, while the state responded with conventional urban infrastructure projects, community demands for sewage treatment remained aligned with the Nature-Based Solutions perspective. Recognizing the sacred values of nature and their stewardship in heritage research and education has proved crucial to making progress in SNS public management.

Keywords: public engagement; heritage education; protected area; nature-based solutions.

1. Introdução

Os Sítios Naturais Sagrados (SNS) vêm ganhando visibilidade sob a perspectiva da reconexão entre a sociedade e a natureza em diversas partes do planeta (Fernandes-Pinto & Irving, 2018). Esses lugares encantados expressam valores espirituais ancestrais e a visão de sacralidade da natureza, sendo considerados elos entre a diversidade biológica e cultural (Fernandes-Pinto, 2017).

SNS normalmente são cuidados por grupos e indivíduos que se sentem profundamente responsáveis por estes locais, uma vez que mudanças nas condições ecológicas do primeiro afetam o bem-estar do segundo (Ferreira *et al.*, 2021). O sentimento de responsabilidade pelo cuidado com recursos ou espaços de importância para as comunidades vem sendo denominado *stewardship*. Este conceito implica na existência de *stewards* que assumem o papel de responsáveis por um bem comum porque usam, exploram ou gostam de alguma parte da biosfera (Blasiak *et al.*, 2021). Esta responsabilidade ampliada e inclusiva com relação à gestão tradicional transcende a função simplista do gestor (*manager*) como único responsável por garantir o uso sustentável dos recursos (Medeiros *et al.*, 2014). Historicamente, o termo *stewardship* foi incorporado na gestão dos recursos naturais,

substituindo os pressupostos técnicos e instrumentais da gestão/manejo (*management*) pelo destaque às diferentes formas de responsabilidade na gestão (Worrell & Appleby, 2000). Ou seja, diz respeito à responsabilidade de alguém (o *steward*) pela propriedade (coisas) de outro, no sentido de que o primeiro não é o proprietário, mas sim quem cuida (Wunderlich, 2004).

Considerando que muitos SNS estão ameaçados e sujeitos a diferentes tipos de pressão, recomendações internacionais alertaram sobre a urgência de promover ações concretas para proteção dos SNS. Apesar do debate mundial, o conhecimento desse problema ainda é limitado em muitos países, sendo escassas as iniciativas e políticas públicas para mapear e salvaguardar essas áreas (Wild & McLeod, 2008). No Brasil, a relevância social dos SNS contrasta com a invisibilidade da problemática na gestão pública (Fernandes-Pinto, 2017). Essa ausência de reconhecimento faz com que o próprio Estado passe a atuar como agente de degradação dos SNS, mesmo quando busca promover projetos de infraestrutura voltadas ao bem-estar da população. Neste artigo, será apresentado um estudo de caso que ilustra o conflito gerado pelo não reconhecimento de SNS nos projetos de saneamento básico de uma cidade na costa brasileira.

A falta de saneamento básico vem gerando perdas de serviços ecossistêmicos em todo mundo (Malone & Newton, 2020; Fonseca, *et. al.*, 2021), como: serviços de regulação (manutenção da qualidade da água), serviços de abastecimento (fornecimento de alimentos), serviços culturais (recreativos, estéticos e espirituais) e serviços de apoio (presença de habitats críticos e biodiversidade, produção primária de nutrientes orgânicos, condições e ciclagem ideal de nutrientes) que sustentam a capacidade dos ecossistemas costeiros de fornecer regulação, abastecimento e serviços culturais. No Brasil, há um déficit de saneamento básico, com apenas 63,2% dos domicílios possuindo esgotamento sanitário ligado à rede geral ou fossa ligada à rede (IBGE, 2017). A eutrofização costeira causada por insumos antropogênicos de nutrientes configura uma das maiores ameaças à saúde dos corpos d'água (Freitas *et al.*, 2022).

Apesar da reconhecida importância socioecológica, as lagoas costeiras são frequentemente ameaçadas pelos potenciais impactos ambientais causados pela instalação de estruturas físicas relacionadas ao saneamento básico, como Estações de Tratamentos de Esgoto (ETE) e Estações Elevatória de Esgoto (EEE) (Brasil, 2020). O extravasamento dessas estruturas é recorrente e causa significativo impacto socioambiental na população local, como ocorreu em 2021 nas dunas da Lagoa da Conceição (UFSC, 2022), localidade turística de Florianópolis. No município de Garopaba (SC), o Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao órgão licenciador o cancelamento da licença ambiental do sistema de coleta de esgoto sanitário que previa o lançamento

de efluente tratado na Lagoa da Encantada. Nos casos relatados, houve mobilização da comunidade para a retirada das estruturas, utilizando o controle social previsto na Política Nacional de Saneamento Básico (Brasil, 2020).

As relações estabelecidas pelo público na defesa do bem comum o torna responsável (*steward*) pela sua conservação. Esse sentimento de responsabilidade pode conduzir a processos de auto-organização e aprendizado sobre conservação e restauração (Fischer, 2015). Na perspectiva do *stewardship*, é necessário considerar e lidar com diferentes atores e seus ideais, sejam eles da sociedade ou mesmo do direito inerente à vida das outras espécies (Medeiros *et al.*, 2014). No entanto, não existem modelos de análise que evidenciem as categorias mobilizadas para explicar o *stewardship*.

Este estudo de caso busca analisar o papel do *stewardship* na promoção do engajamento público contra a implantação de uma EEE localizada às margens do SNS da Lagoa do Abaeté. Este SNS é caracterizado por agregar diversos cultos de matriz africana da cidade de Salvador, Bahia. Especificamente, buscamos responder à seguinte questão: Quais fatores explicam o *stewardship* por um SNS?

Inicialmente, iremos contextualizar o SNS da Lagoa do Abaeté, as ameaças que pairam sobre ele e os métodos utilizados para coleta e análise de dados da pesquisa. Finalizamos com uma discussão sobre questões substantivas que emergem em sistemas de governança de SNS, como os valores e princípios associados às religiões de matriz africana, que guiam os atores envolvidos na proteção da Lagoa do Abaeté.

2. Material e métodos

2.1. Sítio Natural Sagrado da Lagoa do Abaeté

O Sítio Natural Sagrado (SNS) da Lagoa do Abaeté caracteriza-se como um ambiente típico de restinga com suas lagoas de coloração escura intercaladas por dunas móveis, semimóveis ou fixas. A fauna silvestre, como répteis, mamíferos e aves, é frequentemente avistada no local (Fernandes *et al.*, 2015; Oliveira & Pereira, 2020; INEMA, 2021). Devido à sua posição entre oceano e terra, praias costeiras e dunas fornecem serviços como matérias-primas, proteção costeira, controle de erosão, captação e purificação da água, manutenção da vida selvagem, sequestro de carbono, turismo, recreação, educação e pesquisa (Barbier *et al.*, 2011; Elliff & Kikuchi, 2015; Malone & Newton, 2020).

O SNS da Lagoa do Abaeté tem um importante valor histórico-cultural, uma vez que é cenário de diversas manifestações e interpretado como local de morada de divindades e de espíritos ancestrais, a exemplo dos cultos de matriz africana que utilizam o local como depositário de suas oferendas a Oxum, orixá da água doce, de lendas e festejos de igrejas cristãs, além de servir de ponto de coleta de ervas sagradas, atos litúrgicos, manifestações culturais e sociais (Andrade & Andrade, 2009; Fernandes-Pinto & Irving, 2017; Rodrigues & Copque, 2020).

Nessa perspectiva, as lavadeiras foram figuras marcantes que transformaram as alvas areias do Abaeté em quaradouros de roupas, formando mosaicos de cores, inspirando obras de diversos artistas, como Dorival Caymmi & Caribé (Teixeira, 2014; 2017). Em função dos seus atributos ambientais e culturais, o SNS da Lagoa do Abaeté está inserido em um mosaico de Áreas Protegidas: Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual das Lagoas e Dunas

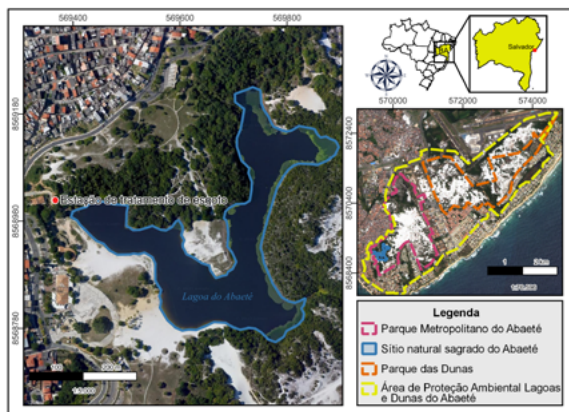


FIGURA 1 – Localização do SNS da Lagoa do Abaeté dentro da APA das Lagoas e Dunas do Abaeté.

FONTE: Google Earth (2022); CBERS 04 (2022); [Leis e decretos que determinaram os polígonos de parques e APA]. Datum SIRGAS 2000 UTM Zone 24S. Elaborada por Muller (2022).

do Abaeté, o Parque Metropolitano Municipal de mesmo nome que abrange o Parque das Dunas, Lagoa Abaeté-Catu e a Lagoa do Flamengo e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A APA das Lagoas e Dunas do Abaeté possui 1.800 hectares e foi criada com o objetivo de proteger o último remanescente do sistema de dunas, lagoas e restingas ainda conservadas no município de Salvador (Bahia, 1987) (Oliveira & Pereira, 2020) (Figura 1).

A APA foi redelimitada pelo Decreto Estadual nº 2.540/1993 (Bahia, 1993), que a dividiu em duas zonas: Zona de Preservação Permanente (ZPP) e Zona de Ocupação Controlada (ZOC). O Parque Metropolitano está inserido dentro da APA (Bahia, 1993). A APA é gerida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), possui Zoneamento Ecológico-Econômico (CEPRAM 2002), Plano de Manejo (INEMA, 1997) e conselho gestor (INEMA, 2010). O Zoneamento Ecológico-Econômico da APA delimitou uma faixa no entorno da Lagoa do Abaeté como Zona de Proteção Visual, admitindo apenas atividades de pesquisa científica, educação ambiental, visitação pública e ecoturismo, sendo permitida a implantação de pequena estrutura de apoio à visitação e proibido qualquer parcelamento do solo ou a supressão de vegetação fixadora das dunas (INEMA, 2021). Fernandes-Pinto; Irving (2018) e Ferreira *et al.* (2021) registraram em suas pesquisas a Lagoa do Abaeté como espaço sagrado e/ou para usos religiosos, considerando as discussões internacionais, entre elas a da UNESCO (1998).

Em 2013, as dunas do Abaeté foram reconhecidas como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pelo desenvolvimento das funções básicas de proteção da biodiversidade, desenvol-

vimento sustentável e conhecimento científico e tradicional sobre a Mata Atlântica (RBMA, 2004; Oliveira & Pereira, 2020).

2.2. Ameaças ao SNS da Lagoa do Abaeté

A APA está localizada no bairro de Itapuã, dentro do vetor de expansão urbana da Região Metropolitana de Salvador (INEMA, 2021), e muitos impactos socioambientais decorrem da pressão por ocupação (Fernandes *et al.*, 2015; Rodrigues & Coppe, 2020). Itapuã caracteriza-se como um bairro heterogêneo na sua origem e formação. Na maior parte, encontramos aglomerações de habitações precárias e, de outra parte, existem loteamentos próximos à orla com grandes casas que pertencem às elites econômicas (Teixeira, 2014). De acordo com o INEMA (2021), os principais conflitos ambientais existentes na APA são: invasões, queimadas, retirada de areia e trânsito de veículos nas dunas, disposição irregular do lixo, supressão da flora nativa, abertura de poços artesianos irregulares e especulação imobiliária.

Em outubro de 2019, a comunidade foi surpreendida com o início da implantação de uma Estação Elevatória de Esgoto (EEE) com o objetivo de transpor os efluentes do local para o sistema de esgotamento sanitário de Salvador. A obra foi iniciada entre a Casa da Música, espaço cultural de grande visitação e atividades, e a Lagoa do Abaeté, local sagrado para os habitantes do bairro (Figura 1).

A obra é de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER-BA) e foi executada com recursos federais. Após tentativas frustradas de diálogo com as instituições responsáveis, a comunidade denunciou

a obra ao MPF, ao Ministério Público Estadual e à Defensoria Pública da Bahia na tentativa de paralisá-la.

O INEMA, responsável pela gestão da APA, emitiu declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental, dada a especificidade do empreendimento. No entanto, o INEMA destacou que a “inexigibilidade de licença não isenta a CONDER de observar as restrições legais para intervenções em Áreas de Proteção Permanente, o zoneamento e o plano de manejo da APA Dunas e Lagoa do Abaeté, bem como as demais normas e padrões ambientais” (INEMA, 2019, p. 38). A obra foi considerada de utilidade pública “justificando assim a sua implementação sobre área de preservação permanente” (INEMA, 2019, p. 82).

Importante destacar que no processo (INEMA, 2019) constam apenas informações técnicas sobre o projeto sem nenhuma referência às demandas do conselho gestor e da sociedade civil. Além da ampla mobilização comunitária contrária à instalação da EEE em um Sítio Natural Sagrado, a obra infringe a legislação ambiental (Bahia, 1989) por se caracterizar como Patrimônio Estadual, Lei da Mata Atlântica (Brasil, 2006), Zona de Proteção Visual (CEPRAM, 2002) e Área de Preservação Permanente (Brasil, 2012).

2.3. Procedimento de coleta de dados

Esta pesquisa utilizou o método de Estudo de Caso (Meirinho; Osório, 2010) para analisar o *stewardship* na proteção do SNS da Lagoa do Abaeté. Os dados relacionados à atuação da comunidade, das instituições públicas e o levantamento

dos diplomas legais foram coletados entre outubro de 2019 e fevereiro de 2022, por meio de:

- i) Observação participante;
- ii) Pesquisa documental.

O método de observação participante (Mónico et al., 2017) foi utilizado por uma das autoras (C.P. Scharf) nas ações relacionadas à Lagoa do Abaeté em que a sociedade civil esteve presente. Seguindo as orientações de Richardson (1999), a autora identificou a realidade social incidente na Lagoa do Abaeté, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e a motivação para impedir a implementação de uma obra de saneamento em um SNS. O método de observação participante é considerado mais apropriado para saber como as pessoas atuam e interagem em um determinado contexto, de tal maneira que possibilita ao pesquisador comparar o que ele observa sobre os atores de sua pesquisa (Bernard, 2006). A ênfase da observação recaiu nas interações e tentativas de comunicação entre a sociedade civil organizada e órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal.

A pesquisa documental privilegiou dados da mídia local e da legislação federal, estadual e municipal incidente sobre o Bioma Mata Atlântica, seus ecossistemas associados, proteção da vegetação nativa e área protegida. Os portais eletrônicos consultados foram: Planalto (www.planalto.gov.br), Conselho Nacional do Meio Ambiente (www.mma.gov.br/conama), Assembleia Legislativa da Bahia (<https://www.al.ba.gov.br>) e Câmara Municipal de Salvador (<https://www.cms.ba.gov.br>). Além disso, foram analisados os conteúdos elaborados para as redes sociais e os documentos produzidos nas inte-

rações para promover a conservação da Lagoa do Abaeté, como a Carta aberta ao Governador, a Carta ao MPF, as memórias das reuniões comunitárias e das organizações envolvidas no documentário “A Lagoa Escura” (Pronzato, 2021).

2.4. Análise de dados

Os dados qualitativos foram analisados por meio do conceito de *stewardship*, que está relacionado às reivindicações por Soluções Baseadas na Natureza (SBN), cujas ações estão mais alinhadas às cosmovisões dos usuários do SNS. As categorias analíticas foram tratadas por meio da perspectiva da *Grounded Theory*, cuja proposta é desenvolver indutivamente uma teoria a partir de um corpo de dados originário de múltiplas fontes (Goulding, 1998; Thorne, 2000). Desta forma, as características

de cada manifestação para a proteção do SNS foram analisadas e comparadas, buscando a produção de significados emergentes.

A análise orientada pela *Grounded Theory* permitiu que fossem criadas três categorias analíticas do *stewardship* em SNS:

- a) manifestações da sociedade civil (práticas);
- b) cosmovisões presentes nos argumentos (cosmovisão);
- c) discursos dos comunitários que expressam o *stewardship* (discursos) (Figura 2).

Os discursos, as práticas e a cosmovisão reforçam o *stewardship* em SNS e, dialeticamente, a ação coletiva decorrente do *stewardship* em SNS fortalece os discursos, as práticas e a cosmovisão dos usuários.

3. Resultados

A sociedade civil defensora da Lagoa do Abaeté é formada por líderes religiosos e comunitários, moradores do entorno (comunidades de baixa renda), ambientalistas, personalidades do bairro e da cidade, produtores e grupos culturais, artistas, fotógrafos, cineastas, editores, professores e pesquisadores. A construção da EEE em um SNS fez com que a sociedade civil se unisse para defender a lagoa e cobrasse ações do poder público (Figura 3).

Em outubro de 2019, frequentadores da Lagoa do Abaeté perceberam uma estranha movimentação às margens da Lagoa e descobriram que a CONDER/BA pretendia construir uma EEE no local. Esse evento desencadeou um longo processo de mobilização social, em grande parte ocorrida durante

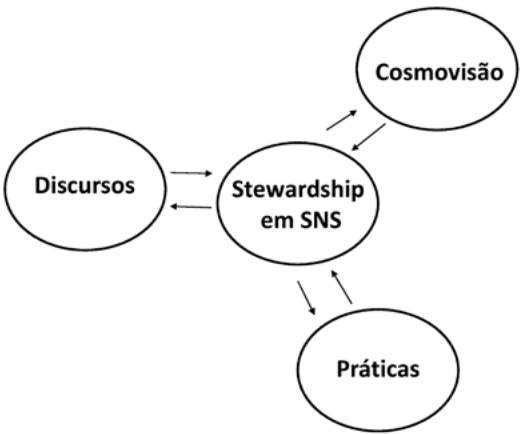


FIGURA 2 – Inter-relação entre as categorias analíticas utilizadas para acessar o *stewardship* em Sítios Naturais Sagrados (SNS).

FONTE: Elaborado pelos autores.

a pandemia de Covid-19 (Figura 4). Com o início das obras pela CONDER e a falta de explicações do poder público, indivíduos e coletivos se movimentaram e organizaram um abaixo-assinado, que resultou em mais de 15 mil assinaturas, exigindo uma audiência pública. Também identificaram as medidas legais e buscaram apoio de especialistas em saneamento para entender o problema e encontrar uma solução. No início de 2020, foi protocolada uma denúncia com o abaixo-assinado na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente.

A sociedade civil passou a denunciar e buscar colaboração para impedir a implementação da EEE, gerando uma série de interações entre atores situados em diferentes níveis e escalas de governança (Figura 5).

A sociedade civil também solicitou ao INEMA uma reunião do Conselho Gestor da APA para a

apresentação do projeto da EEE por representantes da CONDER e da EMBASA. Na reunião, que contou também com a presença de representantes da sociedade civil, foi explicado pelas instituições que as atuais fossas sépticas instaladas na área urbanizada do Parque Metropolitano do Abaeté poderiam estar percolando e contaminando a lagoa. A EEE resolveria o problema, tendo sua localização justificada por ser o ponto mais baixo da área (Itapuã City, 2020). A comunidade, munida de estudos elaborados por professores universitários, problematizou a possibilidade de extravasamento e apresentou opções de estruturas alternativas, como a construção de um tanque “*wetland*” para o tratamento de efluentes e um novo local para instalação da EEE. A CONDER e a EMBASA alegaram dificuldade para mudar o projeto, tendo em vista o curto prazo para execução da obra, financiada ainda com os recursos federais



FIGURA 3 – Manifestações públicas contra a implementação de uma Estação Elevatório de Esgoto no SNS Lagoa do Abaeté (Salvador-BA), organizadas pela sociedade civil no período de outubro de 2019 a fevereiro de 2022.

FONTE: Elaborado pelos autores.

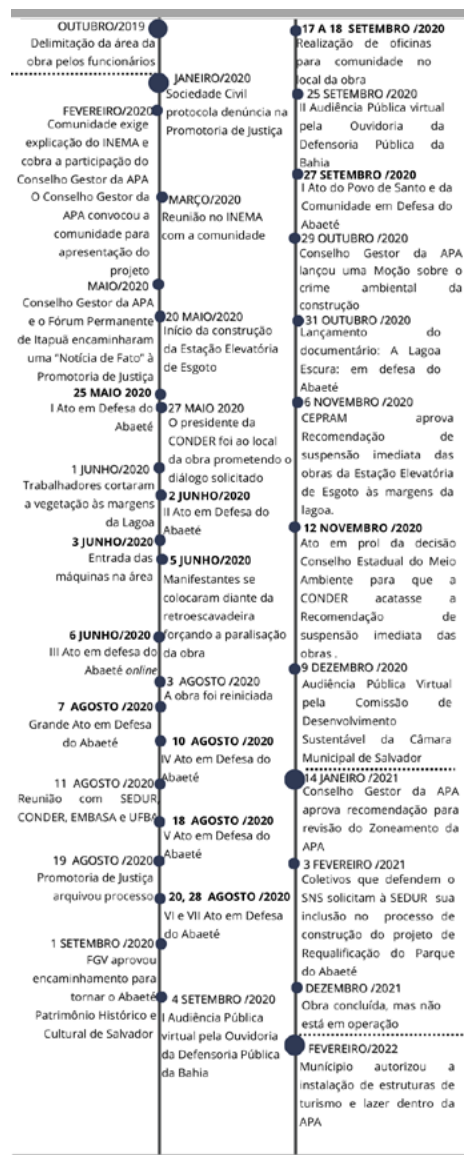


FIGURA 4 – Principais marcos de interação entre a sociedade civil e o governo durante o processo de construção da Estação Elevatória de Esgoto no período de outubro de 2019 e fevereiro de 2022. Siglas: Área de Proteção Ambiental (APA), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER), Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM), Sítio Natural Sagrado (SNS), Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR).

FONTE: Elaborado pelos autores.

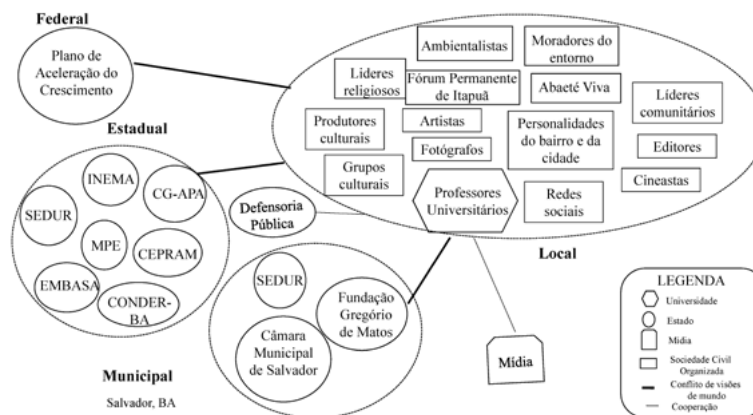


FIGURA 5 – Sistemas governantes que interagiram durante a construção da Estação Elevatória de Esgoto às margens da Lagoa do Abaeté. Siglas: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (CG-APA), Ministério Público Estadual (MPE), Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM), Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (EMBASA), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER-BA).

FONTE: Elaborado pelos autores.

do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007 -2010) (Itapuã City, 2020).

Em apoio à comunidade, o Conselho Gestor da APA lançou uma moção sobre o crime ambiental da construção da EEE e aprovou, por unanimidade, a recomendação para realização da revisão do Zoneamento da APA. Em resposta à solicitação da sociedade civil, a Ouvidoria da Defensoria Pública da Bahia, por meio de Audiências Públicas virtuais, convocou todos os órgãos envolvidos e movimentos socioambientais para apresentação do estudo de solução alternativa à EEE. Os representantes da CONDER e EMBASA não compareceram à audiência. A Câmara Técnica e o Fórum Permanente de Itapuã (que representa coletivos da comunidade) denunciaram as irregularidades do processo no INEMA à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente (Itapuã City, 2020).

Além disso, a sociedade civil protocolou uma Carta Aberta na SEDUR Estadual com pedido de

participação dos coletivos que defendem a Lagoa do Abaeté (APA e Parque Urbano) na construção do projeto de Requalificação do Parque do Abaeté: “Nada sobre nós, sem nós!”. Este grupo também participou da apresentação de um estudo à SEDUR, demonstrando que a ligação do esgoto com a rede coletora da EMBASA pode ser feita diretamente, sem a necessidade da EEE, com custo quatro vezes menor que o valor apresentado no projeto.

Após as tentativas frustradas de diálogos com as organizações públicas, a sociedade civil entrou em uma nova fase de mobilização, dando início a uma sucessão de manifestações para impedir a continuação da obra e para exigir a restauração da área degradada. Essas manifestações resultaram na paralisação temporária da obra. Com o prosseguimento da obra, o movimento resolveu paralisar ou atrasar a obra através de ocupação com atividades artísticas, religiosas e lúdicas, se colocando à frente da retroescavadeira, realizando eventos on-line,

mantendo a presença constante de grupos ao longo dos dias, plantando mudas nativas no local, escavando e realizando eventos com música, canto e dança. Em alguns dos protestos, os manifestantes foram intimidados por policiais militares, o que levou à suspensão das oficinas de ocupação. Também realizaram um documentário que denuncia a obra, colhendo depoimentos dos povos de terreiro, dos pesquisadores, dos professores, dos moradores e dos artistas em apoio à preservação da lagoa, à sua importância cultural e ao reconhecimento da existência do SNS.

A comunidade religiosa de matriz africana também entrou na mobilização e realizou atos em defesa da Lagoa do Abaeté. O “I Ato do Povo de Santo e da Comunidade em Defesa do Abaeté” contou com mais de 500 manifestantes. Esse evento coroou a união dos coletivos, das comunidades adjacentes e dos 53 terreiros do entorno do Abaeté pela sua salvaguarda. Para a comunidade religiosa de matriz africana, a Lagoa do Abaeté é um santuário ecológico que abriga espécies endêmicas e memórias ancestrais, é um lugar sagrado, a morada de Oxum, abriga viventes ancestrais, é a força de Deus e da natureza.

A Tabela 1 apresenta uma síntese de práticas, cosmovisões e discursos selecionados como categorias analíticas para acessar o *stewardship* do SNS da Lagoa do Abaeté. As práticas expressam o conjunto de estratégias voltadas a visibilizar as reivindicações e a promover incidências políticas. As cosmovisões representam os valores dos *stewards* associados à proteção do SNS, enquanto os discursos expressam os argumentos mobilizados para sensibilizar o poder público.

Tanto o poder público quanto os usuários demonstraram interesse em promover o saneamento,

mas possuem visões de mundo distintas de como alcançar esse objetivo. Neste caso, há questões de ordem cosmológica que restringem as interações necessárias para o funcionamento do sistema de governança e cujo aprofundamento nos permite uma aproximação à problemática do SNS. Além de ser o último remanescente da vegetação de restinga do município e fazer parte de uma área protegida, a Lagoa do Abaeté é reconhecida pela sociedade civil como um espaço sagrado para evangélicos, religiões de matriz africana (onde vive a mamãe Oxum), como um santuário ecológico, que abriga espécies endêmicas como *Aechmea itapoana* e *Poecilante itapoana* (Viana *et al.*, 2006), memórias ancestrais e fonte de alimento para as famílias, além de ser uma área consagrada para o lazer e atividades culturais.

Durante a 405ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), foi aprovada a recomendação de suspensão imediata das obras da EEE às margens da lagoa para prestação dos esclarecimentos sobre possível dano ambiental e apresentação de estudo comparativo entre o projeto atual e o projeto desenvolvido pela universidade (Bahia, 2020). Ainda assim, o Ministério Público do Estado da Bahia (MPE-BA) arquivou o Procedimento Preparatório nº 003.9.41815/2020 que tinha como finalidade a apuração de possível dano ambiental causado pela implantação da EEE, concluindo que o objetivo era reduzir ao nível máximo a interferência visual na localidade e que a condição ambiental mais favorável é a coleta do esgoto gerado nas fossas sépticas por meio de *wetlands* (A Tarde, 2020).

Em apoio às demandas da comunidade, o Conselho Consultivo da Fundação Gregório de Matos aprovou por unanimidade o encaminhamento para tornar o Abaeté Patrimônio Histórico e Cultural de

TABELA 1 – Depoimentos e ações dos usuários do Sítio Natural Sagrado da Lagoa do Abaeté por meio das categorias de análise utilizadas para acessar o stewardship: práticas, cosmovisões e discursos. Siglas: Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER-BA).

Práticas	Cosmovisões	Discursos
Abaixo-assinado.	Abaeté como expressão da cultura baiana.	A área é o principal acesso ao visitante, ao povo de religião de matriz africana e ao usuário tradicional.
Solicitação de audiência pública.	Abaeté como lugar sagrado para religiões de matriz africana.	“E parte da nossa ancestralidade e possibilidade de seguimento”
Redes de comunicação online.	Abaeté como santuário ecológico que abriga espécies endêmicas e memórias ancestrais.	“Há mais um ano estamos pedindo respeito às leis já existentes, proteção e preservação do Abaeté”.
Eventos presenciais e online.	O espaço desmatado não serve para prática religiosa.	“Queremos nos assegurar de que qualquer intervenção seja discutida com o Povo de Axé e a sociedade civil local”.
Produção de um documento.	A lagoa é morada de Oxum (Povo de Axé): Mamãe Oxum é a dona daquelas águas.	“O projeto atual agride a paisagem e promove a impermeabilização do solo”.
Vídeos de personalidades e artistas.	Proteção cultural e ambiental estão integradas.	“O espaço precisa ser mantido e preservado como ele é”.
Registro do andamento da obra.	Abaeté como abrigo de viventes ancestrais.	“Começaram a obra como se fosse a casa de ninguém”.
Ocupação e paralisação da obra.	Abaeté como nome indígena que ensinou os negros a proteger as plantas.	“Moradores pescam e criaram seus filhos com o peixe”.
Atividades culturais.	Abaeté é nossa mãe que nos adotou.	“Não existe outro local para implantar a obra sem praticar essa maldade com o nosso espaço sagrado, sem praticar racismo institucional com o nosso povo de candomblé?”
Pesquisa sobre alternativas sustentáveis.	A força de Deus e da natureza ocorre através dos orixás: sem folhas, sem água e sem orixá não tem vida.	“A obra não respeitou o conselho gestor, só comunicou. O conselho gestor deveria dialogar e participar do planejamento e execução da obra”.
Estudos socioculturais.	Abaeté como fonte de sustento (peixe, camarão e frutos).	“Não é porque foi legalizado que a obra é legítima”.
Atuação jurídica.	O parecer técnico do Branco precisa ouvir o Povo do Terreiro.	“SEDUR e CONDER gestionam como obra particular, mas o ambiente é público”.
Requisição de Tombamento.	“O Abaeté é meu pedaço e eu amo esse lugar”.	
Denúncia no MPE e MPF.	“O local é o remanescente de restinga que temos na cidade”.	
Criação de comissão.		
Audiências públicas.		
Envio de Cartas Abertas.		

Fonte: Elaborada pelos autores.

Salvador. A Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Câmara Municipal de Salvador também realizou uma Audiência Pública Virtual para debater a demanda do movimento social contra a EEE. A maioria dos participantes da sociedade civil destacou o autoritarismo do Estado, que impossibilitou a participação da sociedade em projetos de obras públicas.

Apesar de todos os protestos e demandas por alternativas para o saneamento básico, a obra foi concluída no final de 2021. Em janeiro de 2023, após os pedidos de informação a respeito do funcionamento da EEE à EMBASA, nenhuma resposta foi obtida. Desde 2022, existe uma forte pressão do poder público para a instalação de novos serviços de infraestrutura. Em fevereiro de 2022, o poder público municipal autorizou a realização de obras

para a instalação de equipamentos de esporte e lazer sobre as dunas da APA (MPF, 2023), desconsiderando todos os protestos da sociedade civil.

4. Discussão

Nossos resultados demonstram as interações entre a sociedade civil e os órgãos públicos na disputa por projetos de saneamento básico para a Lagoa do Abaeté. Nossa hipótese é que parte dos usuários (*stewards*) se sentem responsáveis pelo SNS, que, no caso, é representado pelo “chamado de Mamãe Oxum”, o que expressa uma reverência à ancestralidade e ao legado para as futuras gerações. Assim, o caso do SNS da Lagoa do Abaeté mobiliza elementos identitários das religiões de matriz africana e ilustra a importância de compreender os valores subjacentes à governança (metagovernança) na defesa de um bem comum, como a cosmologia e as visões de mundo em disputa (Kooiman & Jentoft, 2009). A seguir, será discutida a relação do *stewardship* com o engajamento público na proteção do SNS e com a cogestão de patrimônios culturais.

4.1. *Stewardship e engajamento público na proteção de SNS*

Os *stewards* da Lagoa do Abaeté perceberam a inadequação da EEE e apresentaram propostas alternativas pautadas nas SBN (IUCN, 2020), como as *wetlands*. Também demonstraram que a solução apresentada pela CONDER, além de gerar impactos no SNS da Lagoa do Abaeté, é ineficaz. Apesar de compartilharem o propósito de evitar a contaminação por esgoto, emergiu um conflito gerado pela desconsideração da cosmovisão da comunidade e

pela falta de diálogo entre as organizações públicas e a sociedade civil sobre a melhor alternativa para solucionar um problema ambiental. No processo aberto junto à CONDER, por exemplo, é destacada apenas a presença da APA, desconsiderando a existência de um SNS e dos Povos de Axé. Um fator importante nesse processo foi a disponibilização de recursos do governo federal (INEMA, 2019) para a construção da EEE, que não permite alteração de uso da verba. Uma das prioridades do PAC foi o investimento em infraestrutura em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos.

O poder público, além de desconsiderar a visão de mundo dos atores sociais envolvidos no processo, dispensaram o licenciamento ambiental, não promoveram o amplo debate público (CONAMA, 1997), desrespeitaram a legislação referente a APA e seu ZEE, que caracterizou a área como Zona de Proteção Visual, e se recusaram a dar esclarecimentos à comissão criada, desrespeitando o processo participativo e a lei do acesso à informação (Brasil, 2011).

O engajamento comunitário na proteção do SNS da Lagoa do Abaeté esteve vinculado às visões de mundo, que dizem respeito aos valores espirituais ancestrais e à sacralidade da natureza (Kooiman & Jentoft, 2009; Almerigi *et al.*, 2013). Esses valores, que podem ser relativos às montanhas, vulcões, cavernas, rios, lagos, bosques, árvores e rochas (Verschuuren *et al.*, 2010; Anthwal *et al.*, 2010) são considerados por grupos humanos como templos ou santuários naturais, dotados de energia especial ou força que os distingue do ambiente, atuando como elos entre a diversidade biológica e cultural (Fernandes-Pinto & Irving, 2018), o que faz esses grupos se sentirem responsáveis pela sua proteção.

Os valores imateriais são parte do conhecimento e da visão de mundo de vários grupos sociais que formam vínculos culturais e simbólicos com elementos naturais (Verschuuren *et al.*, 2010). Esses links ainda estão precariamente compreendidos, desvalorizados e negligenciados na gestão de recursos naturais pelo poder público (Anthwal *et al.*, 2010; Fernandes-Pinto & Irving, 2018).

É possível identificar a assimetria de poder entre os gestores públicos e a comunidade envolvida, na sua maioria constituída por pessoas de baixa renda e em situação econômica especialmente precária durante a pandemia de Covid-19. A sociedade civil investiu tempo, energia, recursos, além de ter enfrentado o risco de contaminação pelo coronavírus para promover as ações de denúncia à EEE no SNS. Ressaltamos que todos esses fatores reforçam o envolvimento e a vocação dessa comunidade como *stewards* do SNS.

A sociedade civil se sente responsável e demonstra um forte sentimento de pertencimento ao parque (Teixeira, 2014). Aqueles que “vivem o local” querem assegurar que qualquer intervenção que venha a acontecer na lagoa seja discutida com o Povo de Axé e com os demais setores da sociedade civil local. Pesquisadores e ativistas, subsidiaram o movimento com informações técnicas, apresentando à instituição responsável pelas autorizações soluções alternativas ao projeto da EEE. A academia e os ativistas socioambientais têm sido fundamentais no apoio, na construção de conhecimento, no desenvolvimento de rede e na mobilização política (Teixeira, 2014; Gasalla & Castro, 2016).

4.2. *Stewardship e cogestão de patrimônios culturais*

O enfoque do *stewardship* requer arranjos institucionais na perspectiva da cogestão, articulada com governo, com usuários dos recursos e com outros atores envolvidos no processo. A busca pela redução das assimetrias de poder na tomada de decisão é um dos desafios desta perspectiva (Medeiros *et al.*, 2014). Segundo Almerigi *et al.* (2013), a visão de mundo é a articulação de um destino específico; uma imagem de um futuro desejado. A visão de mundo também tem uma função atrativa e, para ser eficaz, ela deve ser fundamentada na realidade atual.

A descon sideração das instituições públicas pela cosmologia e visão de mundo da comunidade local da Lagoa do Abaeté vem ocorrendo desde o processo de criação das áreas protegidas (APA e Parque Metropolitano). As reivindicações dos atores sociais que valorizam o SNS enquanto patrimônio não foram incorporadas nas práticas preservacionistas (Teixeira, 2017), nem na implementação de obras de infraestrutura. As estratégias de desenvolvimento foram operacionalizadas descon siderando a comunidade da Lagoa do Abaeté (Teixeira, 2014). Chama a atenção que o poder público ainda não tenha percebido a viabilidade econômica e a riqueza da tradição cultural e ambiental do SNS. De acordo com Carvalho (2010), a noção de lugar de memória pode constituir importante elemento mantenedor da identidade e personalidade do destino turístico, aumentando seu potencial de competitividade no mercado.

Outra ação na contramão do modelo de conservação pleiteado pela sociedade civil ocorreu em 2022, quando o poder público, além de implementar

a EEE às margens da Lagoa do Abaeté, iniciou a instalação de equipamentos de esporte e lazer no último remanescente de restinga da cidade. No entanto, desde 1980 o território de Itapuã vem sofrendo uma forte pressão para a implementação de projetos urbanísticos com o objetivo de atender demandas do turismo e da especulação imobiliária (Oliveira, 2009; Rodrigues & Copque, 2020; Teixeira, 2017). As mudanças contribuíram para o surgimento de um sentimento de impotência e frustração da população de maior vulnerabilidade socioeconômica, que se viu alijada dos benefícios proporcionados pelas políticas públicas (Almeida, 2008).

O Estado tem um papel contraditório no território, promovendo políticas de cogestão territorial socialmente inclusivas, como a criação das áreas protegidas com seu respectivo conselho gestor (INEMA, 2022), e, ao mesmo tempo, dificultando sua gestão por meio de políticas conflitantes de desenvolvimento (Gazalla & Castro, 2016), como é o caso da EEE. É preciso destacar que existem contradições quanto às articulações e sobreposições da APA e do Parque Metropolitano do Abaeté. Isso também tem sido dificultado pela existência de legislações conflitantes, exigindo maior esforço na construção de pactos, de compromissos (Xavier *et al.*, 2018) e na integração de diferentes políticas de planejamento.

O planejamento sustentável das áreas urbanas pressupõe uma articulação entre todos os agentes intervenientes do processo (gestores públicos, empresariado, operadores e agentes de receptivo, comunidade direta e indiretamente envolvida) por intermédio de ações compartilhadas e do desenvolvimento de projetos integrados de revitalização e revigoramento do patrimônio cultural local (Carvalho, 2010).

Segundo Ferreira *et al.* (2021), não existem no Brasil áreas protegidas cujos espaços sagrados foram legalmente registrados, apesar dos seus usos serem informalmente reconhecidos pela população e pelos gestores públicos. Essa informalidade gera conflitos que tendem a constituir grandes obstáculos à consecução da conservação da biodiversidade (Anthwal *et al.*, 2010).

No caso da Lagoa do Abaeté, as obras de infraestrutura e planejamento urbano desconsideram as comunidades religiosas, e os gestores públicos não demonstraram disposição ou habilidade para atender a demanda da comunidade. Se, por um lado, a mobilidade de turistas e o usufruto da infraestrutura urbana e cultural tendem a se refletir no aumento da percepção dos moradores em relação ao significado do patrimônio enquanto lugar de memória e de experiência cotidiana, por outro lado, o turismo cultural sem o devido planejamento pode aumentar a segregação geográfica entre os turistas e a comunidade receptora, bem como a formação de espaços descontextualizados da dinâmica social (Carvalho, 2010).

Para que a tradição cultural e a comunidade local sejam respeitadas, é importante que o SNS da Lagoa do Abaeté seja reconhecido tanto no Plano de Manejo da APA das Lagoas e Dunas de Abaeté (INEMA, 1997) quanto em seu ZEE (CEPRAM, 2002), com vistas a incorporar as manifestações culturais e religiosas e apresentar ações e delimitações da área de acordo com a sua vocação, trazendo benefícios econômicos para a sua manutenção. Por exemplo, podemos citar os estudos na gestão de florestas na Índia, apontando que a autonomia na elaboração de regras a nível local (e não as regras impostas pelo governo) foi determinante na pro-

dução de bens e serviços para apoiar os meios de subsistência da população local (Singh, *et al.*, 2011).

No México em 2000, Wirikuta (lugar onde nasce o sol e foi criado o universo) foi reconhecida pelo governo mexicano como área de proteção natural e lugar sagrado, onde uma companhia mineradora queria extrair prata e zinco. Em 2012, a justiça suspendeu a autorização impedindo que as autoridades públicas permitissem as atividades de mineração (Lamberti, 2016). No Havai (USA), a construção de um telescópio de 30m sob o Vulcão Mauna Kea iniciou um conflito intercultural entre os nativos havaianos e o Observatório Internacional do Telescópio, uma vez que ele seria instalado em local sagrado. Os protestos atrasaram o início da obra, que vem ocorrendo desde 2014 (Molina, 2021). Em Salvador, a Pedra de Xangô, considerada um centro de convergência de uma infinidade de terreiros que se comunicam e se conectam em redes, foi completamente desnudada para dar lugar a uma avenida e a uma sequência de condomínios (Silva, 2017; 2021). Após muita pressão da comunidade foi criada uma APA municipal no local.

O Conselho Gestor da APA das Lagoas e Dunas de Abaeté desponta como interlocutor privilegiado para iniciar essas discussões, tendo em vista que é formado por representações que estão envolvidas com a conservação socioambiental e cultural da Lagoa. O Conselho foi criado em 2010 (INEMA, 2010) e vem se aperfeiçoando ao longo dos anos, com vistas a incluir diferentes representações (INEMA, 2022). No entanto, as religiões de matriz africana que utilizam a Lagoa do Abaeté para seus rituais sagrados não estão representadas no Conselho da APA, alijando este grupo do poder de decisão sobre a gestão do SNS. Nesse sentido, os Povos de Axé são defendidos indiretamente pe-

las seguintes representações: Associação Cultural Ganhadeiras de Itapuã, Instituto Búzios, Fórum Permanente de Itapuã, Guardiões e Guardiãs do Abaeté, Abaeté Viva e Ateliê Axogbo.

O uso público religioso em áreas protegidas estimula a visão articulada dos aspectos ecológicos, sociais, econômicos, culturais e religiosos, e contribui para o reconhecimento da diversidade como componente da realidade social presente em diferentes culturas (Bensusan, 2006). Para avançarmos na gestão do SNS, é preciso levantar informações sobre o seu valor de conservação e como integrá-los às estratégias de conservação mais amplas (Dudley *et al.*, 2009).

Nesse sentido, ganha relevância estimular ações de pesquisa participativa e educação patrimonial em SNS com o envolvimento dos *stewards*. Técnicas de pesquisa convencionais, normalmente aplicadas nos levantamentos realizados em áreas protegidas, como entrevistas e grupos focais, podem não captar aspectos simbólicos e intangíveis associados à conservação. O mapeamento participativo (Dasgupta *et al.*, 2021) e o *photovoice* (Berbés-Blázquez, 2012; Masterson *et al.*, 2018; Lim *et al.*, 2021) são métodos que favorecem a expressão do território e fortalecem o *stewardship* a partir de diferentes recortes (gênero, idade e raça) no interior de grupos sociais de usuários dos SNS.

Nesse caso, a comunidade, para além da identificação dos espaços de visitação, pode estabelecer quais aspectos ou elementos devem ser enfatizados, delimitando o grau de interferência do turismo e/ou conservação na dinâmica local (Carvalho, 2010). Esses avanços já vêm ocorrendo em outros SNS como: Pedra de Xangô (Silva, 2017) e Parque São Bartolomeu (Teixeira, 2014), em Salvador; Parque

Nacional da Tijuca e Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro (Ferreira *et al.*, 2021). Nestes SNS, os gestores públicos tiveram que dialogar com a comunidade e criaram um canal de escuta para gerir os conflitos entre os objetivos de criação das áreas protegidas e o uso público religioso.

Por meio de estratégias dialogadas entre organizações públicas, privadas e não-governamentais e a sociedade civil, a preservação dos parques urbanos e religiosos pode passar a ser vista como uma estratégia de desenvolvimento social ampla, de forma a contemplar a complexidade envolvida nas relações entre natureza e cultura (Teixeira, 2014; 2017). Finalmente, este estudo evidenciou casos recorrentes de desconsideração da participação social por instituições públicas responsáveis pela gestão pública de um direito comum garantido pela Constituição brasileira.

5. Conclusão

O caso da Lagoa do Abaeté ilustra como SNS manifestam uma dimensão simbólica que não é capturada pelo poder público e que modifica a própria lógica do Estado em conservar o patrimônio natural. A dimensão imaterial do conflito socioambiental destacado expôs as limitações do Estado em gerir visões de mundo contrastantes, além de ilustrar que, por trás da falta de compreensão sobre aspectos intangíveis da conservação, pode haver racismo ambiental e autoritarismo (má vontade de mostrar possibilidades, falta de resposta adequada e de articulação institucional), o que reprime a participação

social em face ao acesso a recursos disponíveis para execução de uma obra de interesse público.

Esta pesquisa também expôs a falta de um modelo de urbanização, em especial relacionado à necessária expansão do saneamento básico a partir da abordagem das SBN, sobretudo quando existem demandas comunitárias guiadas por valores de proteção ao patrimônio natural e cultural (*stewardship*). As propostas de infraestruturas das organizações públicas não se mostraram ajustadas à cosmologia dos grupos sociais locais, gerando reação das comunidades. Novos projetos de saneamento básico e demais programas de infraestrutura podem encontrar resistência local caso não prevejam uma estrutura de governança capaz de garantir a participação dos usuários e um alinhamento com a perspectiva das SBNs.

Como perspectivas para a governança do SNS da Lagoa do Abaeté, consideramos necessário que o INEMA reconheça a função do Conselho da APA e acate suas decisões. A partir desse reconhecimento, é importante que o conselho demande do órgão gestor o reconhecimento do SNS e inclua o uso público religioso, tanto no ZEE quanto no Plano de Manejo. Áreas protegidas são espaços privilegiados para mobilização de tecnologias (azuis) mais ajustadas à natureza, onde os conhecimentos científico e local são mobilizados para apoiar a tomada de decisão. De modo mais geral, gestores de áreas protegidas e organizações de conservação devem reconhecer a legitimidade dos valores sagrados da natureza, melhorar o treinamento nessas questões e trabalhar em cooperação com grupos religiosos para garantir que os valores espirituais e culturais sejam efetivamente respeitados dentro de áreas protegidas.

Agradecimentos

À Érika Fernandes-Pinto pela revisão do artigo, ao Jean Muller pela elaboração da figura de localização, à advogada Dra. Marcele do Vale e à Conselheira da APA Maria Marly Souza Muritiba pela disponibilidade de informações públicas sobre a área de estudo.

Referências

- Almeida, A. Percepção ambiental e mudanças no espaço público no parque metropolitano do Abaeté em Salvador/BA. *Revista da USP*, 23, 52-69, 2008. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i23p52-69>.
- Almerigi, S.; Fanning, L.; Mahon, R.; McConney, P. Working with Principles and Visions. In: M. Bavinck, R. Chuenpagdee, S. Jentoft, J. Kooiman (Eds.). *Governability of fisheries: theory and applications*. Springer, Amsterdam, 2013. p. 315 - 331. doi: [10.1007/978-94-007-6107-0](https://doi.org/10.1007/978-94-007-6107-0).
- Andrade, M. D. C. B.; Andrade, T. B. Usos do território na área de proteção ambiental das lagoas e dunas do Abaeté: ameaças e riscos. In: Anais SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Segurança: A paz é o fruto da justiça. UCSAL, Salvador, 2009.
- Anthwal, A.; Gupta, N.; Sharma, A.; Anthwal, S.; Kim, K. H. Conserving biodiversity through traditional beliefs in sacred groves in Uttarakhand Himalaya, India. *Resources, Conservation and Recycling*, 54(11), 962-971, 2010. doi: [10.1016/j.resconrec.2010.02.003](https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2010.02.003).
- A Tarde, 2020. *Construção da Estação Elevatória de Esgoto da Lagoa do Abaeté tem parecer favorável do MP-BA*. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/construcao-da-estacao-elevatoria-de-esgoto-da-lagoa-do-abaete-tem-parecer-favoravel-do-mp-ba1133014-#:~:text=No%20parecer%2C%20chegou%2Dse%20a,de%20Justi%C3%A7a%20Ana%20Luzia%20Santana>. Acesso em: fev. 2022.
- Bahia. *Decreto Estadual nº 351, de 22 de setembro de 1987*. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA das LAGOAS e DUNAS DO ABAETÉ, no município de Salvador, e dá outras providências, Bahia, DOE de 23/09/1987.
- Bahia. *Constituição Estadual*, 1989. Disponível em: <https://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-05-de-outubro-de-1989>. Acesso em: fev. 2022.
- Bahia. *Decreto Estadual nº 2.540, de 18 de outubro de 1993*. Altera a delimitação da Área de Proteção Ambiental - APA das Lagoas e Dunas do Abaeté, no Município de Salvador, estabelece zoneamento e normas de proteção ambiental e dá outras providências, Bahia, Doe de 18/10/1993.
- Bahia. *Decreto Estadual nº 14.024/2012, alterado pelo Decreto nº 18.218, 26 de janeiro de 2018*. Instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Bahia, DOE de 27/01/2018.
- Bahia, 2020. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/>. Acesso em: out. 2020.
- Barbier, E. B.; Hacker, S. D.; Kennedy, C.; Koch, E. W.; Stier, A. C. Silliman, B. R. The value of estuarine and coastal ecosystem services. *Ecological Monographs*, 81, 169-193, 2011. doi: [org/10.1890/10-1510.1](https://doi.org/10.1890/10-1510.1).
- Bensusan, N. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- Berbés-Blázquez, M. A participatory assessment of ecosystem services and human wellbeing in rural Costa Rica using photo-voice. *Environmental Management*, 49(4), 862-875, 2012. doi: [10.1007/s00267-012-9822-9](https://doi.org/10.1007/s00267-012-9822-9).
- Bernard, H. R. *Research methods in anthropology. Qualitative and quantitative approaches*. London, Altamira Press, Rowman and Littlefield Publishers Inc, 2006.
- Blasiak, R.; Dauriach, A.; Jouffray, J-B.; Folke, C.; Österblom, H.; et.al. Perspectives of stewardship in the seafood industry. *Frontiers in Marine Science*, 8, 1-22, 2021. doi: <https://doi.org/10.3389/fmars.2021.671837>.

Brasil. *Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília: DOU de 26/12/2006 - retificado em 9/1/2007.

Brasil. *Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. DOU de 18/11/2011.

Brasil. *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: DOU de 28/5/2012.

Brasil. *Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020*. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasília: DOU de 16/7/2020.

Carvalho, K. D. Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. *Cultur*, 01, 15-30, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/253>. Acesso em: fev. 2022.

CEPRAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente. *Resolução nº 3.023, de 20 de setembro de 2002*. Aprova alteração do Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de proteção Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté. Bahia, DOE de 20/09/2002.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997*. Dispõe sobre conceitos, sujeição, e procedimento para obtenção de Licenciamento Ambiental, e dá outras providências. Brasília: DOU de 22/12/97.

Dasgupta, R.; Hashimoto, S.; Basu, M.; Okuro, T.; Johnson, B. A.; Kumar, P.; Dhyani, S. 2021. Spatial characterization of non-material values across multiple coastal production landscapes in the Indian Sundarban delta. *Sustainability Science*, 17(3), 725-738. 2021. doi: [10.1007/s11625-020-00899-3](https://doi.org/10.1007/s11625-020-00899-3).

Dudley, N.; Higgins-Zogib, L.; Mansourian, S. The links between protected areas, faiths, and sacred natural sites. *Conservation Biology*, 3(23), 568–577, 2009. doi: [10.1111/j.1523-1739.2009.01201.x](https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2009.01201.x).

Elliff, C. I.; Kikuchi, R. K. P. The ecosystem service approach and its application as a tool for integrated coastal management. *Natureza & Conservação*. 13, 105-111, 2015. doi: [10.1016/j.ncon.2015.10.001](https://doi.org/10.1016/j.ncon.2015.10.001).

Fernandes, V. O.; Sacramento, I. C. C.; Brito, P. L.; Alixandrini Júnior, M. J. Análise Socioambiental a partir dos Zoneamentos Ecológico Econômico da Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté. *Revista Geo*, 27, p. 137-143, 2015. doi: [10.12957/geouerj.2015.13410](https://doi.org/10.12957/geouerj.2015.13410).

Fernandes-Pinto, E.; Irving, M. A. Sítios naturais sagrados: valores ancestrais e novos desafios para as políticas de proteção da natureza. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 275-296, 2017. doi: <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.47843>.

Fernandes-Pinto, E.; Irving, M. A. Among saints, enchanted and orixás: a journey through the diversity of sacred natural sites in Brazil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 46, 37-60, 2018. doi: [10.5380/dma.v46i0.57281](https://doi.org/10.5380/dma.v46i0.57281).

Fernandes-Pinto, E. *Sítios naturais sagrados do Brasil: inspirações para o reencantamento das áreas protegidas*. Tese (Doutorado em Psicossociologia e Ecologia Social) – UFRJ, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/ZNCE11>. Acesso em: 16 fev. 2022.

Ferreira, A. C.; Vallejo, L. R.; Figueiredo, M. A.; Rocha, L. C.; Pereira, G. Unidades de conservação e religião: uma discussão do uso público de espaços sagrados. In: Sutil, T.; Ladwig, N. I.; Santos da Silva, J. G. (Orgs). *Turismo em áreas protegidas*. Criciúma, UNESC, p. 214- 237, 2021. doi: [http://dx.doi.org/10.18616/tur](https://dx.doi.org/10.18616/tur).

Fischer, A. P. A boundary-spanning organization for trans-disciplinary science on land stewardship: The Stewardship Network. *Ecology and Society* 20(4), 38, 2015. doi: [http://dx.doi.org/10.5751/ES-08121-200438](https://dx.doi.org/10.5751/ES-08121-200438).

Fonseca, A. L.; Newton, A. Cabral, A. Local and meso-scale pressures in the eutrophication process of a coastal subtropical system: challenges for effective management. *Estuarine, Coastal and Shelf Science* 250, 1-13, 2021. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ecss.2020.107109>.

- Freitas, R. R.; Oliveira, A. C.; Ferreira E. G.; Werlang, F. A.; Quoos, J. H.; Pereira, L. L.; Pimenta, L. H. F.; Silva, M. A.; Ferreira, M. A.; Marimon, M. P. C.; Adelino, R. D.; Costa, R.; Pazin, V. F. V.; Steenbock, W.; Rodrigues Filho, J. L. 2022. Diretrizes para a conservação e manejo das Áreas Úmidas no território da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. *Relatório Técnico*. ICMBio: Imbituba, Santa Catarina.
- Gasalla, M. A.; Castro, F. Enhancing *stewardship* in Latin America and Caribbean small-scale fisheries: challenges and opportunities. *Maritime Studies*. 15, 1-7, 2016. doi: [10.1186/s40152-016-0054-0](https://doi.org/10.1186/s40152-016-0054-0).
- Goulding, C. Grounded theory: the missing methodology on the interpretivist agenda. *Qualitative Market Research. An International Journal*, 1(1), 50-57, 1998. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021190353.en>.
- IBGE, 2017. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 1997. Plano de Manejo da Área de Proteção ambiental Lagoas e dunas de Abaeté. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-de-Manejo-1997.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2010. *Portaria INEMA nº 149 de 25 de novembro de 2010*. Designar como membros, titular e suplente, representantes de órgãos públicos, da sociedade civil local e empreendedores locais, para compor o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté. Bahia, DOE de 25/11/2010.
- INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos 2019. SEI Processo nº 043.4059.2019.0006648-14.
- INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2021. *APA Lagoas e Dunas do Abaeté*. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-lagoas-e-dunas-do-abaete/>. Acesso em: jan. 2022.
- INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2022. *Portaria nº 24.933, de 03 de janeiro 2022*. Designar como membros, titular e suplente, representantes de órgãos públicos, da sociedade civil local e empreendedores locais, para compor o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté. Bahia, DOE de 04/01/2023.
- Itapua City. Estação elevatória de esgoto começa a ser construída no Abaeté com reprovação da comunidade. Disponível em: <https://www.itapuacity.com.br/estacao-elevatoria-para-tratamento-de-esgoto-comeca-a-ser-construida-no-abaete-com-reprovacao-da-comunidade/>. Acesso em: mar. 2021.
- IUCN (International Union for Conservation of Nature). *Guidance for using the IUCN Global Standard for Nature-based Solutions. A user-friendly framework for the verification, design and scaling up of Nature-based Solutions*. Gland, Switzerland, IUCN. 2020. doi: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2020.09.en>.
- Kooiman, J.; Jentoft, S. Meta-governance: values, norms and Principles, and the making of hard choices. *Public Administration*, 87(4), 818-836, 2009. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2009.01780.x>.
- Lamberti, M. J. El corazón del universo en disputa. Un estudio de caso del conflicto por la territorialización en un sitio sagrado natural de México. In: Eufrazio, J. coord Territorios en conflicto. Ensayos acerca de disputas socioambientales. Guadalajara, México: El Colegio de Jalisco, 2016.
- Lim, V. C.; Justine, E. V.; Yusof, K.; Wan Mohamad Ariffin, W. N. S.; Goh, H. C.; Fadzil, K. S. Eliciting local knowledge of ecosystem services using participatory mapping and photovoice: a case study of Tun Mustapha Park, *Malaysia. PloS one*, 16(7), e 0253740, 1-27, 2021. doi: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0253740>.
- Malone, T. C.; Alice Newton, A. The Globalization of Cultural Eutrophication in the Coastal Ocean: causes and consequences. *Frontiers in Marine Science*, 7, 1-30, 2020. doi: <https://doi.org/10.3389/fmars.2020.00670>.
- Masterson, V. A.; Mahajan, S. L.; Tengö, M. Photovoice for mobilizing insights on human well-being in complex social-ecological systems. *Ecology and Society*, 23(3), 2018.

doi: [10.5751/ES-10259-230313](https://doi.org/10.5751/ES-10259-230313).

Medeiros, P. R.; Serafini, T. Z.; Mcconney, P. Enhancing ecosystem *stewardship* in small-scale fisheries: prospects for latin america and caribbean. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 32, 181-191, 2014. doi: <https://doi.org/10.5380/dma.v32i0.38819>.

Meirinhos, M.; Osório, A. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *Eduser Revista de Educação*, 2(2), 49-65, 2010. doi: <https://doi.org/10.34620/eduser.v2i2.24>.

MPF (Ministério Público Federal), 2023 – *Justiça determina suspensão de intervenções na área da Lagoa do Abaeté e do Parque das Dunas, em Salvador (BA)*. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/justica-determina-suspensao-de-intervencoes-na-area-da-lagoa-do-abaete-e-do-parque-das-dunas-em-salvador-ba>. Acesso em: mai. 2023.

Molina, S. M. *El conflicto de Mauna Kea: una comparativa intercultural: Análisis del perfil cultural del TMT y los nativos havaianos basado en las teorías interculturales de Hofstede, Kluckhohn y Strodbeck*. Trabajo Fin de Grado, Comillas, 2021.

Mónico, L.; Alferes, V.; Parreira, P.; Castro, P. A.; 2017. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Congresso Ibero-Americano en Investigación Qualitativa Atas CIAIQ*, 72 4-733. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/3961>. Acesso em: fev. 2022.

Oliveira, D. I.; Pereira, R. G. F. A. Análise espaço-temporal do estado de conservação da área de preservação ambiental lagoas e dunas do Abaeté. *Geociências*, 39(1), 215-226, 2020. doi: [10.5016/geociencias.v39i1.13060](https://doi.org/10.5016/geociencias.v39i1.13060).

Oliveira, O. J. R. *Turismo, cultura e meio ambiente: estudo de caso da Lagoa do Abaeté em Salvador, BA*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), UNB, 2009.

Pronzato, C. *Documentário a lagoa escura, em defesa do Abaeté*. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QSV8WU5yO5k>. Acesso em: mai. 2022.

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. *Texto Síntese*, 2004. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp. Acesso em: mai. 2022.

Richardson, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 1999.

Rodrigues, C. F. M.; Copque, A. C. S. M. *Avaliação dos impactos socioambientais na Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté em Salvador/BA*. 2020. Disponível em: <https://ri.ucsul.br/server/api/core/bitstreams/3990afa0-9a10-409e-ae15-7412145668ef/content>. Acesso em: mai. 2022.

Silva, M. A. P. *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - UFBA, 2017.

Silva, Maria. Pedra de Xangô Park: An Act of Historical Repair. *Journal of Africana Religions*. 9. 283-292, 2021. doi: <https://doi.org/10.5325/jafireli.9.2.0283>.

Singh, V. S.; Pandey, D. N.; Prakash, N. P. What determines the success of joint forest management? Science-based lessons on sustainable governance of forests in India. *Resources, Conservation and Recycling*, 56(1), 126-133, 2011. doi: [10.1016/j.resconrec.2011.09.015](https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2011.09.015).

Thorne, S. Data analysis in qualitative research. *Evidence Based Nursing* 68(3), 68–70. 2000. doi: [10.1136/ebn.3.3.68](https://doi.org/10.1136/ebn.3.3.68).

Teixeira, S. S. *Patrimonialização, memória local, musealização, e transformação social: os casos dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, Salvador, Bahia, Brasil*. Tese (Doutorado em Estudos Contemporâneos), Universidade de Coimbra, 2014.

Teixeira, S. S. Patrimonialização: silêncios e escuta museológica. *Cadernos de Sociomuseologia*, 53(9). 2017. doi: <https://doi.org/10.36572/csm.2017.vol.53.04>.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. *Nota técnica sobre o rompimento da barragem da CASAN*, 2022. Disponível em: https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2021/01/Nota-te%CC%81cnica-impactos-e-a%C3%A7%C3%B5es-necess%C3%A1rias-de-mitiga%C3%A7%C3%A3o-e-res-taur%C3%A7%C3%A3o-da-lagoa-da-cocnei%C3%A7%C3%A3o-e-sistema-de-dunas_UFSC-2.pdf. Acesso em: mai. 2022.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Natural Sacred Sites: cultural diversity and biological diversity*. Abstracts International Symposium. Paris, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147863>. Acesso em: ago. 2024.

Verschuuren, B.; Wild, R.; McNeely, J.; Oviedo, G. (Eds.). *Sacred Natural Sites: conserving nature and culture*. Gland, Suíça: IUCN, 2010.

Viana, B. F.; Silva, F. O.; Kleinert, A. M. P. A. Flora apícola de uma área restrita de dunas litorâneas, Abaeté, Salvador, Bahia. *Revista Brasileira de Botânica*, 29(1), 13-25, 2006. doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-84042006000100003>.

Xavier, L. Y.; Turra, A.; Jacobi, P. R. On the advantages of working together: social learning and knowledge integration in the management of marine areas. *Marine Policy*, 88, 139-150, 2018. doi: [10.1016/j.marpol.2017.11.026](https://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.11.026).

Wild, R.; McLeod, C. (Eds.). *sitios sagrados naturales: directrices para administradores de áreas protegidas*, Gland, Suíça: UICN, 2008.

Worrell, R.; Appleby, M. C. *Stewardship* of natural resources: definition, ethical and practical aspects. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 12, 263-277, 2000. doi: [10.1023/A:1009534214698](https://doi.org/10.1023/A:1009534214698).

Wunderlich, G. Evolution of the *stewardship* idea in American Country Life. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 17, 77-93, 2004. doi: [10.1023/B:JA-GE.0000010846.63168.5e](https://doi.org/10.1023/B:JA-GE.0000010846.63168.5e).